



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

14/02/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## INSS pede ao STF suspensão nacional dos processos da revisão da vida inteira

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) pediu que o STF (Supremo Tribunal Federal) suspenda todas as ações de revisão da vida inteira, até que saia o trânsito em julgado da decisão, ou seja, até a etapa final do processo, que ocorre apenas após a publicação do acórdão e a apresentação e análise de eventuais embargos de declaração.

O pedido foi apresentado pela AGU (Advocacia-Geral da União), que defende o órgão na Justiça, nesta segunda-feira (13).

Aprovada pelos ministros do Supremo no dia 1º de dezembro, essa revisão inclui no cálculo de aposentadorias, auxílios e pensões as contribuições feitas antes de 1994, beneficiando quem tinha contribuições maiores antes do início do Plano Real. O julgamento teve 6 votos favoráveis aos aposentados contra 5 contrários.

Segundo a advogada Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), o processo ainda não está nem em fase de embargos, que ocorre após a publicação da decisão dos ministros, chamado de acórdão. "Por enquanto tivemos o julgamento e a publicação da ata do julgamento apenas."

Agora, segundo a especialista, o INSS pediu para suspender a aplicação dos efeitos da decisão, considerando que muitos juízes já estão concedendo tutela antecipada (uma antecipação para começar o pagamento da revisão imediatamente, antes de a ação terminar). "Vamos aguardar a manifestação do STF quanto ao pedido do INSS".

Na opinião do advogado previdenciário Rômulo Saraiva, colunista da Folha, o INSS sabe que não reverterá o julgamento, mas pretende ao menos frear os aumentos imediatos em benefícios.

No pedido apresentado ao Supremo, a AGU diz que os pedidos de suspensão não vêm sendo aceitos nas instâncias da Justiça, "inclusive com a imposição de multa ao INSS". Outro argumento é que ainda poderá haver modulação dos efeitos da decisão, etapa em que é possível limitar o alcance da revisão, como o período de atrasados, por exemplo.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 14 de fevereiro.

## Senador do PT retoma projeto da desaposentadoria 9 anos após arquivamento

O senador Paulo Paim (PT-RS) retomou um projeto para permitir a desaposentadoria dos trabalhadores no país. O texto foi arquivado em 2014, ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Segundo Paim, a ideia é fornecer aos aposentados uma forma de recuperar a renda e, posteriormente, fazer um novo pedido de aposentadoria ao INSS. Os repasses do governo seriam suspensos durante o hiato. Na segunda chamada, o trabalhador pode conseguir uma revisão do benefício, com a possibilidade de ganhar mais do que na primeira aposentadoria.

No texto, o petista afirma que existe uma discrepância entre o valor pago pelo INSS e sua forma de cálculo, que não consegue cobrir os gastos e cuidados necessários na terceira idade. "Retornar ao trabalho é mais uma situação de necessidade do brasileiro do que uma mera faculdade", disse o senador.

Na época em que foi engavetado, o texto sofreu forte oposição do próprio governo. Os parlamentares da base argumentavam que haveria um rombo no INSS, já que, em tese, o trabalhador conseguiria aumentar o subsídio quando retornasse à condição de aposentado.

Em 2013, o texto foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e seria enviado diretamente para a Câmara dos Deputados. O então líder do governo no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), conseguiu assinaturas para fazer com que antes o projeto fosse apreciado no plenário da Casa, o que não aconteceu.

Procurado, o Ministério da Previdência Social disse que não se manifesta a respeito de projetos em tramitação no Congresso.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 14 de fevereiro.

## Alimentação tem menor alta em 17 semanas, mas básicos ainda sobem

Neste início de mês, a inflação dos alimentos registra a menor taxa quadrissemanal de evolução em 17 semanas em São Paulo. A alta foi de 0,19%. Já a inflação geral foi de 0,52%.

A inflação dos alimentos desacelera, mas os efeitos ainda não chegam à população de menor poder aquisitivo. O recuo ocorre em produtos industrializados e carnes, mas mantém alta em itens básicos como arroz, feijão, leite e pão.

Os dados são da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), que faz um acompanhamento quadrissemanal dos preços nas famílias que ganham de 1 a 10 salários mínimos.

A quadrissemana engloba a média de preços de quatro semanas em relação às quatro imediatamente anteriores. A taxa da primeira quadrissemana de fevereiro é o resultado da comparação dos preços médios de 8 de janeiro a 7 de fevereiro em relação aos de 8 de dezembro a 7 de janeiro.

Nesse período, arroz, feijão, pão e leite foram os itens que mais castigaram o bolso do consumidor de baixa renda.

Quanto aos produtos "in natura", apesar da forte alta em 12 meses, muitos ainda continuam com aceleração. São os casos de alface, repolho, batata, chuchu e mamão.

A inflação dos alimentos recua devido às pressões menores dos itens industrializados, das carnes e de seus derivados. Mesmo com a tendência de queda, os preços médios dos alimentos ainda atingem alta em 12 meses de 13,8%, taxa bem acima dos 7,2% da inflação média do período. Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 14 de fevereiro.

## Setor de planos de saúde prevê alta de preço com remédio de R\$ 6 milhões

O preço máximo do remédio definido pela Cmed (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) supera R\$ 6 milhões. O produto é usado no tratamento de crianças com até seis meses diagnosticadas com AME (Atrofia Muscular Espinhal) tipo 1.

"Em um mercado em que existem quase 700 operadoras, 21% delas não faturam esse valor no ano [somados os impostos]. Se uma criança tiver essa doença, vai quebrar a operadora. A saúde suplementar funciona no modelo do mutualismo: todos pagam para quem precisar usar. As pessoas não vão conseguir pagar mensalidades compatíveis para dar acesso a produtos tão caros", diz Vera Valente, diretora-executiva da Fenasaúde (que reúne empresas como Amil, Bradesco Saúde, Golden Cross e SulAmérica).

Valente diz que não se opõe ao custeio da droga pelos planos de saúde, mas defende discussão de alternativas para a sustentabilidade das empresas, como o compartilhamento de risco, em que o pagamento pela oferta do remédio na rede é condicionado à melhora do paciente. Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 14 de fevereiro.

## Aeel: União teria que gastar R\$ 161,7 bi para ter Eletrobras de volta

O governo brasileiro terá que pagar R\$ 161,7 bilhões se quiser ter o controle da Eletrobras novamente, bem acima dos R\$ 33,7 bilhões obtidos pelo governo Bolsonaro com a venda do controle da ex-estatal, em junho do ano passado.

O cálculo é da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel) e leva em conta a pílula de veneno (poison pill) colocada na lei que permitiu a privatização da empresa, mas com previsão de regulamentação posterior pelo Conselho do Programa de Parceria de Investimento (CCPI).

Em outubro, o CCPI publicou a regulamentação da "poison bill", estabelecendo que qualquer acionista ou grupo de acionistas que ultrapasse, direta ou indiretamente, de forma consolidada, 50% do capital votante e que não retorne a patamar inferior a tal percentual em até 120 dias, realizasse Oferta Pública de Aquisição (OPA), por preço pelo menos 200% superior à maior cotação das ações ordinárias nos últimos quinhentos e quatro pregões, atualizada pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

Desta forma, a empresa estaria protegida de uma possível reestatização, explica a Aeel. Ao preço do fechamento de ontem, o governo teria que desembolsar R\$ 161,7 bilhões, enquanto a preços de mercado pagaria R\$ 37,7 bilhões. Os acionistas que vendessem suas ações para a União teriam lucro de 230%, referente a oito meses de rendimento, se a operação fosse realizada a esse preço. Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 14 de fevereiro.